

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

Paulo Petribú Empreendimentos S.A.									
CNPJ nº 01.568.127/0001-74.									
Relatório da Diretoria									
Apresentamos aos Srs. acionistas, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas dos exercícios sociais encerrados em 31.08.2023 e 31.08.2022. São Paulo (SP), 02.12.2023.									
Balanço Patrimonial Individual e Consolidado em 31 de Agosto de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	81	82	33.974	139.713	Fornecedores	-	-	21.210	30.246
Aplicações financeiras	-	-	30.000	-	Empréstimos e financiamentos	-	-	98.337	100.927
Instrumentos financeiros	-	7.830	-	7.830	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	26.265	20.272
Contas a receber de clientes	-	-	32.040	63.143	Obrigações fiscais	-	-	1.469	807
Estoques	-	-	132.584	112.385	Parcelamento de tributos	-	-	331	308
Impostos a compensar	-	-	29.822	19.732	Arrendamentos a pagar	-	-	2.255	1.807
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	4.017	Adiantamentos de clientes	-	-	718	867
Partes relacionadas	8.463	7.782	-	765	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	22.966	-
Ativo biológico	-	-	113.791	89.041	Dividendos a pagar	11.568	24.378	11.573	24.382
Dividendos a receber	394	16.733	-	-	Outras contas a pagar	5.276	6.331	6.230	5.134
Outros créditos	-	-	2.181	1.303		16.844	30.709	191.354	184.750
	8.938	32.427	374.392	437.929	<b>Não circulante</b>				
<b>Não circulante</b>					Empréstimos e financiamentos	-	-	193.694	206.892
Adiant. p/futuro aumento de capital	316	310	47	47	Parcelamento de tributos	-	-	1.739	1.921
Instrumentos financeiros	7.565	-	7.565	-	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	3.644	2.493
Impostos a compensar	-	-	20.122	-	Arrendamentos a pagar	-	-	6.240	4.847
Contas a receber de clientes	-	-	7.417	9.966	Outras contas a pagar	1	1.594	440	2.555
Partes relacionadas	3.673	11.455	73	73		1	1.594	205.757	218.708
Depósitos judiciais	-	-	10.282	9.973	<b>Total do passivo</b>	16.845	32.303	397.111	403.458
Tributos diferidos	-	-	18.288	15.090	<b>Patrimônio líquido</b>				
Investimentos	305.222	260.111	15.228	12.400	Capital social	45.081	45.081	45.081	45.081
Imobilizado	-	-	249.996	189.549	Reservas de lucros	263.788	226.919	263.788	226.919
Imobilizado - direito de uso	-	-	6.235	3.392	<b>Total dos controladores</b>	308.869	272.000	308.869	272.000
	316.776	271.876	335.253	240.490	Participação não controladores	-	-	3.665	2.961
	325.714	304.303	709.645	678.419	<b>Total do patrimônio líquido</b>	308.869	272.000	312.534	274.961
<b>Total do ativo</b>					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	325.714	304.303	709.645	678.419
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Agosto de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
Em 31 de agosto de 2021	Capital social		Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Patrimônio		Dos Acionistas	
	2023	2022	Legal	Retenção de lucros		2023	2022	Não Controladores	Total
Lucro líquido do exercício	45.081	9.016	9.016	151.689		205.786	2.799	208.585	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-		88.286	496	88.782	
Constituição de reservas	-	-	-	66.214		(22.072)	(334)	(22.406)	
Em 31 de agosto de 2022	45.081	9.016	9.016	217.903		272.000	2.961	274.961	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-		49.159	766	49.925	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-		(12.290)	(62)	(12.352)	
Constituição de reservas	-	-	-	36.869		(36.869)	-	-	
Em 31 de agosto de 2023	45.081	9.016	9.016	254.772		308.869	3.665	312.534	
Demonstração do Resultado do Exercício dos Exercícios Findos em 31 de Agosto de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado		Lucro antes do imposto de renda	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Variação de valor justo dos ativos biológicos	-	-	513.570	438.910	<b>e da contribuição social</b>	49.159	88.286	48.442	89.213
Custos das vendas	-	-	(15.097)	(18.162)	Imposto de renda e	-	-	(4.543)	(4.361)
Lucro bruto	-	-	98.027	99.840	contribuição social correntes	-	-	-	-
Despesas comerciais	-	-	(23.002)	(12.293)	Imposto de renda	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(77)	(53)	(91.412)	(28.115)	e contribuição social diferidos	-	-	3.257	1.138
Participação nos lucros de controladas	49.392	88.923	4.528	3.554	Imposto de renda incentivado	-	-	2.769	2.792
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	68.409	67.757	<b>Total</b>	-	-	1.483	(431)
<b>Total</b>	49.315	88.870	18.523	30.903	<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	49.159	88.286	49.925	88.782
<b>Lucro operacional</b>	49.315	88.870	116.550	130.743	Lucro atribuído aos:				
<b>Resultado Financeiro</b>					Controladores	-	49.159	88.286	-
Receitas financeiras	-	-	11.089	8.819	Não controladores	-	-	766	496
Despesas financeiras	(3)	(2)	(92.492)	(58.150)	Lucro por Ação - R\$	-	2,44	4,34	-
Variação monetária e cambial - líquida	(153)	(582)	13.295	7.801					
<b>Total</b>	(156)	(584)	(68.108)	(47.530)					
Notas Explicativas									
<b>Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:</b> As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC, e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e					pela Lei nº 11.941/09. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC. As notas explicativas completas juntamente com o Parecer de Auditoria Independente "PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes", encontram-se à disposição na sede da Companhia.				
<b>Diretoria</b>					<b>Contabilidade</b>				
Antonio Cardoso da Fonte Filho - Diretor Executivo Frederico Augusto Cavalcanti de Petribú Vilaça - Diretor Executivo Eduardo Cavalcanti de Petribú Fraga Rocha - Diretor Executivo					José Alberto da Silva Contador - CRC PE nº 011.030/O-8 CPF nº 376.534.074-04				

Justiça íntima Braskem por danos causados pela exploração de sal-gema

A Justiça Federal de Alagoas aceitou pedido de tutela de urgência contra a Braskem pelos danos causados em Maceió devido ao afundamento de uma mina de exploração de sal-gema. Em nota divulgada ontem (1) a empresa disse que já foi intimada e que “avaliará e tomará as medidas pertinentes nos prazos legais aplicáveis e manterá o mercado informado sobre qualquer desdobramento relevante sobre o assunto.” O valor da causa é de R\$ 1 bilhão.

A ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Alagoas e pela Defensoria Pública da União contra a companhia e o Município de Maceió. Entre os pedidos feitos e deferidos está a inclusão de uma nova área de criticidade, segundo mapa mais recente elaborado pela Defesa Civil, atualização monetária dos valores pagos às pessoas atingidas e contratação de assessoria técnica independente e especializada, para dar suporte aos atingidos na avaliação dos cenários e tomada de decisão acerca de sua realocação ou permanência na área. A Justiça também determinou que a empresa deve viabilizar a inclusão facultativa de todos os atingidos cujos imóveis estão localizados na área de criticidade 01 da Versão 5 do Mapa, com a atualização monetária correspondente aos valores estabelecidos por programa de reparação do dano material provocado pela alegada desvalorização do imóvel, bem como o alegado dano moral sofrido em decorrência da inclusão do imóvel no mapa. Também foi determinada a contratação de empresa independente e especializada para a identificação do dano material dos imóveis na hipótese de decisão do atingido permanecer na área de criticidade 01 da Versão 5 do Mapa da Defesa Civil.

V ENERGIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ 44.186.671/0001-64 - NIRE 35238092983

Ata de Reunião de Sócios realizada em 30 de novembro de 2023

**Data, Hora e Local:** Reunião realizada em 30 de novembro de 2023, às 10h, na sede social da V Energia Participações Ltda. ("Sociedade"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1069, conj. 74, Vila Olímpia, CEP 04.547-004.

**Convocação e Presença:** Dispensada a publicação dos editais de convocação, tendo em vista a presença do único sócio, **Maurício Eugênio Delfino de Carvalho**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 29.413.704-X SSP/SP inscrito no CPF sob nº 280.783.218-05, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, 1069, conj. 74, Vila Olímpia, CEP 04547-004 ("Sócio").

**Mesa:** Presidente: Sr. José Maurício Eugênio Delfino de Carvalho. Secretária: Sra. Gabriela de Magalhães Gabriel Doubek.

**Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade no montante de até R\$ 13.817.044,00, mediante o correspondente cancelamento de até 13.817.044 quotas.

**Deliberações:** Iniciada a Reunião, o Presidente fez a leitura dos documentos atinentes à ordem do dia, que foram colocados à disposição do Sócio. O Sócio aprova a redução do capital social da Sociedade, que se encontra totalmente subscrito e integralizado, no montante de até R\$ 13.817.044,00, mediante o correspondente cancelamento de até 13.817.044 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, em razão de o Sócio o considerar excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do artigo 1082, inciso II, da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"). Uma vez transcorrido o prazo legal de 90 dias da data de publicação do extrato do presente ato, observado o disposto no artigo 1.084, § 2º do Código Civil, o Sócio celebrará o instrumento de deliberação para homologar a redução de capital ora deliberada, bem como para estabelecer seu valor exato e a forma que será utilizada para a restituição do montante devido ao Sócio, alterando-se, na ocasião, o Contrato Social da Sociedade.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 30 de novembro de 2023.

**Mesa:** José Maurício Eugênio Delfino de Carvalho - Presidente; Gabriela de Magalhães Gabriel Doubek - Secretária.

**Sócio:** José Maurício Eugênio Delfino de Carvalho.

Heleno & Fonseca Construtécnica S.A.

CNPJ nº 61.573.184/0001-73 - NIRE 35.30004584-0

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

A Diretoria da Heleno & Fonseca Construtécnica S/A ("Companhia") vem, na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, às 10:00 (dez horas) do dia 11 de dezembro de 2023, na sede da Companhia, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guararapes, nº 1909, 6º andar, CEP 04561-004, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (I) a aprovação do grupamento das ações de emissão da Companhia, nos termos do art. 12 da Lei das S.A., na razão de 847.000 (oitocentas e quarenta e sete mil) ações de todas as espécies para 1 (uma) ação de cada espécie, sem alteração do valor do capital social; (II) a aprovação da alteração do número de ações e da redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, com a subsequente consolidação do texto do Estatuto Social; (III) a aprovação da aquisição, pela Companhia, das 238.575 (duzentas e trinta e oito mil, quinhentas e setenta e cinco) ações ordinárias e 607.747 (seiscentas e sete mil, setecentas e quarenta e sete) ações preferenciais resultantes da conversão das antigas ações do portador, conforme foi deliberado e aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 27 de abril de 1994, as quais, desde então, nunca foram reclamadas pelos acionistas possuidores dos respectivos certificados das ações do portador, sendo a identidade deles até hoje desconhecida pela Companhia ("Ações Não Reclamadas" e "Acionistas Não Identificados", respectivamente); e (IV) autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à elevação do grupamento e demais deliberações. São Paulo, 1 de dezembro de 2023. A Diretoria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que foi SUSPENSA a abertura da sessão do PREGÃO ELETRÔNICO 186/2023, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PARES DE LENTES EM ACRÍLICO E ARMAÇÕES EM ACETATO E/OU METAL PARA PESSOAS ATENDIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, que ocorreria em 08/12/2023 às 08:30 horas. Motivo: retificação da planilha orçamentária. Ato seguinte: será designada nova data de abertura para o certame e dada devida publicidade. Orlandia, 01 de Dezembro de 2023. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR – Prefeito Municipal.

CNPE fixa metas compulsórias de redução de emissão de gases do efeito estufa em combustíveis

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) formalizou, quinta-feira, 30, resolução que define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causados pelos do efeito estufa para a comercialização de combustíveis. As regras foram aprovadas pelo presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, e publicadas em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) na noite desta quinta-feira. As metas, e os respectivos intervalos de tolerância em unidades de Crédito de Descarbonização (CBio), foram estabelecidas para os anos de 2024 a 2033. Em termos de intensidade de carbono projetada, a resolução fixa meta que vão de 72,77 gCO2/MJ no ano que vem a 65,22 gCO2/MJ em 2033.

Porque as demonstrações financeiras da sociedade anônima e seus atos devem ser registradas na Junta Comercial?

As demonstrações financeiras das Sociedades Anônimas (S/As) devem ser registradas nas juntas comerciais por algumas razões importantes:

- 1. Transparência:** O registro das demonstrações financeiras nas juntas comerciais garante a transparência das informações financeiras das S/As. Isso permite que os acionistas, investidores, credores e outros interessados tenham acesso às informações financeiras relevantes para tomar decisões informadas.
- 2. Proteção dos interesses dos acionistas:** O registro das demonstrações financeiras nas juntas comerciais ajuda a proteger os interesses dos acionistas das S/As. Ao ter acesso às informações financeiras atualizadas e precisas, os acionistas podem avaliar o desempenho da empresa e tomar decisões sobre a compra, venda ou manutenção de suas ações.
- 3. Cumprimento das obrigações legais:** O registro das demonstrações financeiras nas juntas comerciais é uma obrigação legal para as S/As. As leis comerciais e societárias exigem que as empresas apresentem suas demonstrações financeiras anualmente e as registrem nas juntas comerciais para cumprir com as obrigações legais.
- 4. Facilitação da análise e comparação:** O registro das demonstrações financeiras nas juntas comerciais facilita a análise e comparação das informações financeiras das S/As. Isso permite que os interessados comparem o desempenho financeiro de diferentes empresas e tomem decisões com base nessas informações.

Em resumo, o registro das demonstrações financeiras nas juntas comerciais é essencial para garantir a transparência, proteger os interesses dos acionistas, cumprir as obrigações legais e facilitar a análise e comparação das informações financeiras das S/As.

Certificado por IBUCT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBUCT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publegal.diariodenoticias.com.br/>